



RELATÓRIO E CONTAS DE 2017

MARÇO DE 2018

ÍNDICE

CAPITULO I. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	2
2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA	3
2.1. GESTÃO URBANÍSTICA	3
2.2. REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	4
2.3. REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	6
2.4. REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DA SRU	11
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	11
3.1. RESULTADOS	11
3.2. FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE DA SRU – EMPRÉSTIMO IHRU / BEI	13
3.3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	15
4. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS	16
5. PERSPETIVAS	17
6. CONCLUSÕES	18
7. AGRADECIMENTOS	18

CAPITULO II. CONTAS DE 2017

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2016

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2017

CAPITULO III. ELEMENTOS COMPLEMENTARES

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CAPÍTULO I

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O presente “Relatório e Contas” tem como finalidade caracterizar a atividade da Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A. (**Lisboa Ocidental**) durante o exercício económico de 2017, nele se incluindo as peças contabilísticas e demais elementos que, nos termos das normas aplicáveis, devem ser submetidos à apreciação e aprovação da Câmara Municipal de Lisboa (**CML**) e da Assembleia Geral da Empresa.

De acordo com o artigo 33º dos Estatutos da Lisboa Ocidental, a Empresa deve elaborar, com referência a 31 de dezembro de cada ano, os seguintes documentos, que devem ser enviados à CML até 31 de março do ano seguinte:

- a) Balanço;
- b) Demonstração de Resultados;
- c) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados;
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- e) Relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos;
- f) Relatório do Conselho de Administração e proposta de aplicação de resultados;
- g) Parecer do Fiscal Único.

Assim, este Relatório e Contas de 2017 inclui os seguintes três capítulos:

- Capítulo I – “*Relatório do Conselho de Administração*”, que apresenta, de forma sucinta, os principais factos e acontecimentos que marcaram o ano de 2017, a situação económica e financeira da Empresa, a proposta de aplicação de resultados e as perspetivas para o ano de 2018 No ponto 4 deste capítulo é ainda apresentado o “Relatório sobre a execução anual do plano de investimentos”;
- Capítulo II – “*Contas de 2017*”, constituído pelos elementos contabilísticos que suportam o relatório do Conselho de Administração;
- Capítulo III – “*Elementos Complementares*”, composto pelo Relatório e

Parecer do Fiscal Único (artigos 18º e 33º dos Estatutos) e pela Certificação Legal de Contas.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A Lisboa Ocidental tem como missão “*promover a reabilitação urbana da sua Área de Reabilitação Urbana e criar fatores de atratividade sustentada que a valorizem nos planos social, cultural e económico, através da dinamização e coordenação de iniciativas e de recursos públicos e privados.*”

A Lisboa Ocidental ainda como missão promover intervenções de reabilitação urbana na Área de Reabilitação Urbana de Lisboa das quais seja encarregue pela Câmara Municipal de Lisboa.

Com este enquadramento, descrevem-se, nos pontos seguintes e de forma sintética, as atividades desenvolvidas pela Lisboa Ocidental em 2017, agrupadas pelas principais áreas de atuação da Empresa.

2.1. GESTÃO URBANÍSTICA

As atividades de controlo prévio desenvolvidas em 2017 obtiveram os seguintes resultados processuais e variações em relação a 2016:

- Processos iniciados (+7%) – 63 EDI (+2%), 61 OTR (+5%), 38 POL (+6%) e 67 DOC (+16%);
- Processos deferidos (+28%) – 50 EDI (+6%), 50 OTR (+2%), 11 POL (+83%) e 57 DOC (+97%);

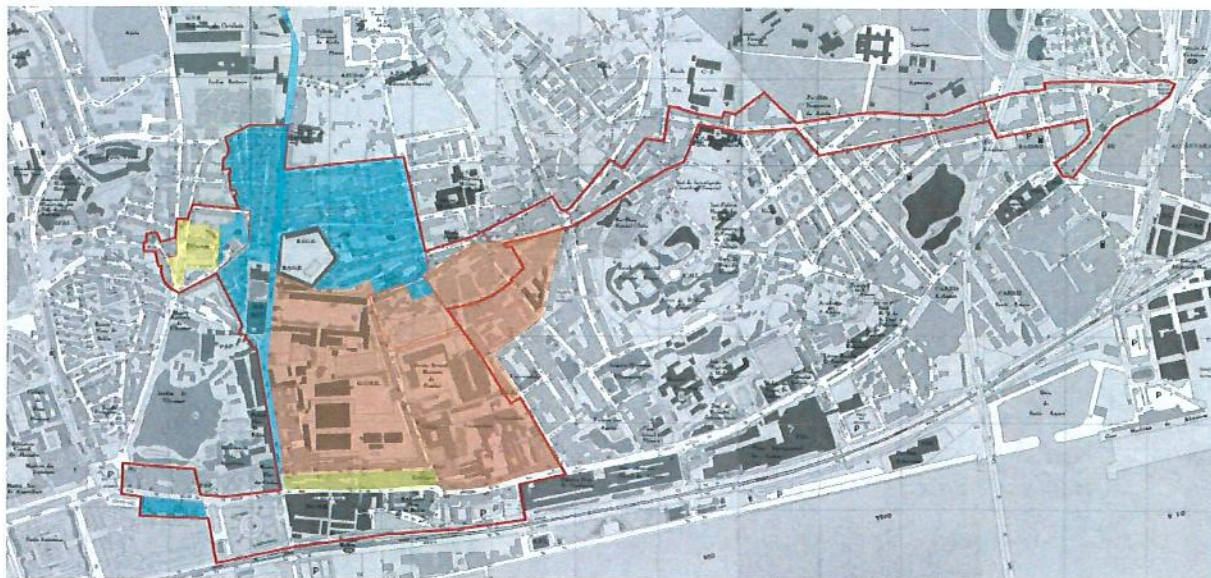
- Processos arquivados (+48%) – 33 EDI (+27%), 48 OTR (+17%), 43 POL (+115%), 3 AE-EDI (+200%) e 65 DOC (+55%);
- Processos indeferidos (-57%) – 3 POL (+200%);
- Pedidos iniciados – 604 (+76%);
- Pedidos despachados – 514 (+59%).

Relativamente ao **Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Calçada da Ajuda**, este está a ser acompanhado pelos serviços municipais.

2.2. REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Em 2017, estiveram em curso as seguintes empreitadas de reabilitação do espaço público e renovação das infraestruturas:

Reabilitação do Espaço Público em 2017



Zona de Intervenção da SRU — Espaço público reabilitado ■
 Empreitadas em curso em 2017 ■ Plano de Pormenor ■

- Empreitada para Reabilitação do Espaço Público e Infraestruturas da Rua do Embaixador e Travessa de Santo António à Junqueira – Esta empreitada

que inclui a reabilitação dos pavimentos viários e pedonais e das infraestruturas de saneamento, elétricas e de iluminação pública, foi concluída em maio de 2017;

Rua do Embaixador – obra concluída



- Empreitada para a Reabilitação do Espaço Público e Infraestruturas do Largo da Igreja da Memória – A empreitada incluiu a recuperação da implantação original do plateau quadrangular da igreja, com novos pavimentos e criação de um jardim urbano formal, a requalificação com alteração de perfil da Calçada do Galvão, permitindo o afastamento da via relativamente ao monumento, proporcionando-lhe assim um espaço frontal mais livre e desafogado, e ainda o ordenamento do estacionamento criando novos lugares nas vias e no Parque de Estacionamento da Memória. Foram ainda requalificadas as infraestruturas de saneamento, elétricas e de iluminação pública. A empreitada iniciou em 02.11.2016 e não foi concluída no seu prazo contratual (31.08.2017) por motivos exclusivamente imputáveis ao empreiteiro, pelo que foram aplicadas as sanções prevista para o efeito no contrato e na Lei. O empreiteiro deu entrada de providência cautelar para suspensão do ato administrativo de aplicação das sanções contratuais, aguardando-se a respetiva decisão judicial.

Largo da Memória (obra em litígio)



2.3. REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

Em 2017, estiveram em curso os procedimentos de contratação pública das empreitadas de reabilitação dos seguintes edifícios municipais:

- Escola do Bairro do Restelo – O contrato de empreitada foi celebrado em outubro de 2017 e em dezembro obteve o visto do Tribunal de Contas, aguardando-se desde essa data a autorização dos serviços municipais para iniciar a obra.
- Escola dos Moinhos do Restelo – A empreitada foi consignada em 02.03.2018 e deverá estar concluída em 26.05.2019

Relativamente às empreitadas, em 2017, estiveram em curso as empreitadas de reabilitação dos seguintes edifícios:

- (Antigo) Teatro Luís de Camões, edifício identificado na carta municipal do património (projeto de Arquitetos Graça Dias e Manuel Egas Vieira) – Empreitada concluída;
- Escola Nº 60 – Alexandre Rodrigues de Freitas – Reabilitação e ampliação do edifício municipal localizado na Praça Tenente Evangelista Rodrigues, na Ajuda, com a finalidade de manter a sua utilização como escola básica e permitir ainda um novo uso como jardim-de-infância. A segunda empreitada desta obra encontra-se em fase final e deverá estar concluída no final deste mês;
- MUDE – Museu do Design e da Moda – A empreitada deveria ter sido concluída no final do 3º trimestre de 2017. Nessa data a obra registava um atraso muitíssimo significativo, totalmente imputável ao empreiteiro, o que levou à aplicação das sanções previstas no contrato e na Lei, que culminaram na resolução sancionatória do contrato, ocorrida já, em fevereiro deste ano. Assim, é agora necessário que os serviços municipais procedam à atualização e revisão dos projetos, tendo em conta os trabalhos já executados, para que a SRU possa lançar um novo procedimento de contratação pública;
- Posto de Socorro Avançado do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, no Martim Moniz (projeto de Barra & Barreiros – Arquitetos Associados, Lda.) – Novo quartel construído na Praça do Martim Moniz. A empreitada terminou no passado mês de fevereiro, tendo o edifício já sido entregue ao Regimento de Sapadores Bombeiros da CML;
- (Futura) Biblioteca de Alcântara – Reabilitação e adaptação do Palacete do Conde de Burnay para instalação da futura Biblioteca de Alcântara. A empreitada iniciou em março de 2017 e deverá estar concluída no 4º trimestre de 2018. Registrando-se atrasos, serão aplicadas as sanções contratualmente previstas;
- Escola de Caselas – Reabilitação e ampliação da Escola de Caselas, para permitir o seu funcionamento como escola do ensino básico e jardim-de-

infância. A empreitada iniciou em junho de 2017, prevendo-se que esteja concluída no final do 3º trimestre de 2018;

- Escola Victor Palla – Reabilitação e ampliação da Escola Victor Palla, para permitir o seu funcionamento como escola do ensino básico e jardim-de-infância. A empreitada iniciou em junho de 2017 e deverá estar concluída no final do 3º trimestre de 2018. Registando-se atrasos, serão aplicadas as sanções contratualmente previstas;
- Escola Sampaio Garrido – Reabilitação e ampliação da Escola Sampaio Garrido. A empreitada iniciou em março de 2017 e deverá estar concluída no 3º trimestre de 2018.

Teatro Luís de Camões (obra concluída)



Escola Nº 60 (obra em curso)



Handwritten signature or initials in blue ink.

MUDE (obra parada)



Posto de Socorro Avançado (obra concluída)



(Futura) Biblioteca de Alcântara (obra em curso)



Escola de Caselas (obra em curso)



Escola Victor Palla (obra em curso)



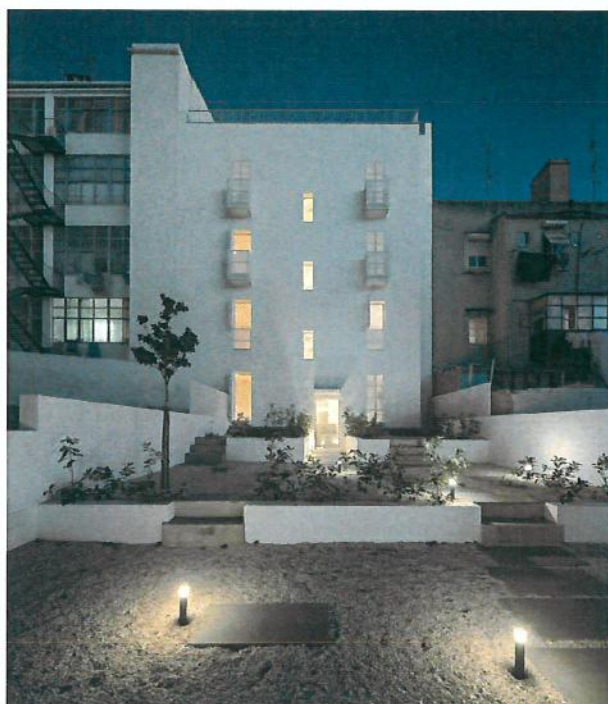
Escola Sampaio Garrido (obra em curso)



2.4. REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DA SRU

Em 2017 foi concluída a construção do último edifício da SRU destinado a arrendamento, localizado na Rua Aliança Operária, 28. Os 7 fogos que o constituem são objeto do Procedimento de Arrendamento em curso, que estará concluído em abril, com a atribuição dos fogos aos seus futuros arrendatários.

Rua da Aliança Operária, 28 (obra concluída)



3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1. RESULTADOS

Dada a natureza não comercial da missão e da atividade da Lisboa Ocidental, a quase totalidade dos custos do exercício tem sido financiada, desde a sua

constituição, por subsídios à exploração, concedidos pela CML no âmbito dos Contratos-Programa celebrados anualmente, o que permite que a empresa apresente resultados líquidos positivos.

Assim, a exploração de 2017 apresenta um resultado líquido positivo de 352,41 €, que corresponde à diferença entre os rendimentos, no valor de 5.523.651,64 €, e os gastos, no valor de 5.523.299,23 €. Os gastos dizem respeito, essencialmente, a Fornecimentos e Serviços Externos (4.098 mil euros), a Gastos com o Pessoal (515 mil euros) e a Outros Gastos (725 mil euros), cuja rubrica mais significativa é a de Perdas por Imparidade (559 mil euros). Os rendimentos incluem, no essencial, os Subsídios à Exploração transferidos pela CML ao abrigo dos Contratos-Programa em curso (4.021 mil euros) e Outros Ganhos, cuja rubrica mais significativa é a de Ganhos com Penalizações Contratuais (1.099 mil euros), relativa às sanções contratuais aplicadas.

Os ganhos e os gastos totais da Empresa, face a 2016, registaram ambos uma já esperada subida (+246%) explicada pelo desenvolvimento da execução do Contrato-Programa Município de Lisboa / SRU. De facto, uma vez que os valores despendidos pela SRU no âmbito deste Contrato são contabilizados como Fornecimentos e Serviços Externos e compensados por valores equivalentes de Subsídios à Exploração transferidos pelo Município, durante a execução deste Contrato-Programa estas duas rubricas apresentarão valores semelhantes e acompanharão a execução do Contrato-Programa.

Apresentam-se de seguida as principais componentes dos ganhos e dos gastos totais da SRU e respetiva evolução:

Ganhos

- Subsídios à Exploração – Registaram uma subida de cerca de 3 milhões de euros (261%) relativamente a 2016, em resultado da execução do Contrato-Programa Município de Lisboa / SRU;
- Outros Rendimentos – Ganhos com penalizações contratuais – Esta rubrica registou um aumento de 916 mil euros, que reflete, no essencial, a já

referida aplicação de sanções contratuais ao empreiteiro da empreitada de reabilitação do edifício do MUDE (ver ponto 2.3);

- Vendas e serviços prestados – Esta rubrica diz respeito às taxas cobradas pela SRU no âmbito da sua atividade de gestão urbanística, sendo que a subida verificada de cerca de 31 mil euros (37%) resulta do maior número de processos iniciados pelos privados em 2017, face a 2016;
- Outros Rendimentos – Rendas de propriedades – O aumento verificado de cerca de 22 mil euros (25%) traduz o arrendamento de novas frações no 3º trimestre de 2016, que se mantiveram arrendadas durante a totalidade do ano de 2017.

Gastos

- Fornecimentos e serviços externos (Contrato-Programa Município de Lisboa / SRU) – O Valor desta rubrica registou uma subida de cerca de 3 milhões de euros (404%) relativamente a 2016, em resultado da execução do Contrato-Programa Município de Lisboa / SRU (situação “espelho” da referida nos ganhos em subsídios à exploração);
- Gastos com o pessoal – registaram uma subida de cerca de 31 mil euros (6%) relativamente a 2016, em resultado, no essencial, da continuação da reposição legal dos salários;
- Outros Gastos – Perdas por Imparidade – O do valor desta rubrica (+ 559 mil euros) resulta, no essencial, da necessidade de registar a probabilidade de não ser recebido o valor total das sanções contratuais aplicadas aos empreiteiros.

3.2. FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE DA SRU – EMPRÉSTIMO IHRU / BEI E CONTRATO PROGRAMA MUNICÍPIO DE LISBOA / SRU

Até 2015, todos os investimentos em reabilitação urbana (aquisições, projetos, fiscalização e controlo, empreitadas, etc.) foram financiados pelo Contrato de Financiamento Sob a Forma de Abertura de Crédito (**Empréstimo IHRU/BEI**)

celebrado com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). O prazo de utilização do Empréstimo concluiu-se no final de em 2015, com a utilização da totalidade dos fundos disponíveis - 16,1 milhões de euros. No entanto a última empreitada financiada por este empréstimo – reabilitação do (antigo) Teatro Luis de Camões, apenas veio a ser concluída em janeiro deste ano, encerrando-se nesta data definitivamente esta fonte de financiamento dos investimentos da SRU.

A utilização do Empréstimo IHRU/BEI decorreu com o recurso a 5 utilizações de fundos (desembolsos), que esgotaram o capital disponível, com os seguintes montantes e taxas de juro:

- 1º Desembolso (12.10.2010) – 2,5 milhões de euros. Euribor 3m + 0,674%, até ao final do empréstimo. Taxa de juro no último período – 0,344%;
- 2º Desembolso (20.07.2011) – 2,5 milhões de euros. Euribor 3m + 0,470%, com revisão em 2015. Taxa de juro no último período - 0,638%;
- 3º Desembolso (16.07.2013) – 5,7 milhões de euros. Euribor 3m + 1,191%, até ao final do empréstimo. Taxa de juro no último período - 0,861%;
- 4º Desembolso (01.12.2014) – 2,9 milhões de euros. Euribor 3m + 1,081%, até final do empréstimo. Taxa de juro no último período – 0,751%;
- 5º (e último) Desembolso (01.12.2015) – a 2,9 milhões de euros. Euribor 3m + 1,081%, até final do empréstimo. Taxa de juro no último período – 0,530%;
- De notar que este empréstimo permitiu financiar 100% do valor dos projetos, não sendo necessário recorrer à banca comercial.

Relembra-se que as obrigações emergentes do Empréstimo IHRU/BEI são suportadas pela CML, através do Contrato Programa IHRU/BEI celebrado para o efeito e que este empréstimo se destina a reabilitar “património municipal” – espaço público e edifícios.

Na contabilização desta operação mantiveram-se as seguintes principais premissas, acordadas com o Fiscal Único e com os Serviços Financeiros da CML:

- As despesas de reabilitação do espaço público e dos edifícios municipais

são contabilizadas em contas do ativo fixo em “obras e construções em propriedade alheia”;

- No momento de cada desembolso e de cada pagamento de juros, estes valores são registados como valores a receber da CML no ativo e em variações no capital próprio;
- As transferências financeiras da CML para pagamento de juros são contabilizadas como subsídios à exploração;
- Os valores finais da reabilitação dos ativos serão transferidos para a CML no momento da extinção da Lisboa Ocidental.

Em 14.07.2015, foi celebrado o Contrato-Programa Município de Lisboa / SRU, através do qual o Município encarregou a SRU de executar 17 Intervenções de Reabilitação Urbana, mediante a concessão de um subsídio de 33,9 milhões de euros. Relativamente a este subsídio, que passou a constituir a única forma de financiamento das intervenções da SRU, foram efetuadas as seguintes utilizações anuais:

- 2015 – 58.252,42€;
- 2016 – 797.659,57€;
- 2017 – 4.021.997,18€.

3.3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artigo 30º dos Estatutos, propõe-se a aprovação da seguinte aplicação do Resultado Líquido do exercício económico de 2017, no valor de 352,41€ (trezentos e cinquenta e dois euros e quarenta e um cêntimos):

- 35,24 € (10%) para constituição de Reserva Legal;
- 317,17 € (90%) para Resultados Transitados.

4. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS

Na tabela seguinte são apresentados os desvios entre valores previsionais e reais verificados no Plano de Investimentos de 2017. Refere-se que foram consideradas como de "Investimento" todas as despesas relacionadas com as atividades de reabilitação urbana e não relacionadas com o funcionamento corrente da Empresa.

PLANO DE INVESTIMENTOS DE 2017

Unidade: Euros

	PREVISÃO	REAL	DESVIO
EMPRÉSTIMO IHRU/BEI			
<u>PLANO DE PORMENOR</u>	<u>110.110</u>	<u>0</u>	<u>110.110</u>
<u>REABILITAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO</u>	<u>0</u>	<u>106.619</u>	<u>-106.619</u>
OBRA	0	81.839	-81.839
PROJETOS	0	1.968	-1.968
GESTÃO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	0	14.792	-14.792
OUTROS E DIVERSOS E IMPREVISTOS	0	8.020	-8.020
<u>REABILITAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS</u>	<u>1.033.286</u>	<u>967.037</u>	<u>66.249</u>
OBRA	932.126	837.684	94.442
PROJETOS	6.759	10.509	-3.750
GESTÃO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	45.197	89.998	-44.801
OUTROS E DIVERSOS E IMPREVISTOS	49.204	28.847	20.357
SOMA EMPRÉSTIMO IHRU BEI	1.143.396	1.073.656	69.740
CONTRATO PROGRAMA ML / SRU			0
<u>REABILITAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO</u>	<u>917.163</u>	<u>734.564</u>	<u>182.599</u>
OBRA	837.888	693.368	144.520
PROJETOS	0	0	0
GESTÃO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	38.831	38.580	251
OUTROS E DIVERSOS E IMPREVISTOS	40.444	2.616	37.828
<u>REABILITAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS</u>	<u>18.674.129</u>	<u>3.287.433</u>	<u>15.386.696</u>
OBRA	17.226.712	3.132.571	14.094.141
PROJETOS	9.882	0	9.882
GESTÃO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	613.039	153.340	459.699
OUTROS E DIVERSOS E IMPREVISTOS	824.496	1.522	822.974
SOMA CONTRATO PROGRAMA ML / SRU	19.591.292	4.021.997	15.569.295
TOTAL	20.734.688	5.095.653	15.639.035

Uma vez que o desvio registado nos “investimentos” financiados pelo Empréstimo IHRU / BEI e o desvio registados nos “investimentos” na “Reabilitação de Espaço Público” financiados pelo Contrato-Programa ML / SRU não são significativos, o responsável pelo desvio total de 15,6 milhões de euros é o desvio registado nos “investimentos” na “Reabilitação de Edifícios Municipais” financiados pelo Contrato Programa ML / SRU, que é explicado pelos seguintes factos:

- Atraso registado na execução das empreitadas em curso, por razões exclusivamente imputáveis aos empreiteiros, especialmente o já referido atraso na empreitada de reabilitação do edifício do MUDE;
- Significativos atrasos no envio pela CML dos projetos das Intervenções de Reabilitação Urbana, o que impossibilitou, ou atrasou, o lançamento dos procedimentos de contratação pública das respetivas empreitadas;
- Para o desvio registado também contribuiu, embora em menor escala, a adjudicação de empreitadas por valores abaixo dos preços base.

5. PERSPETIVAS

As atividades a desenvolver pela Lisboa Ocidental foram detalhadamente apresentadas e desenvolvidas no Plano de 2018 da Empresa, no entanto, resumem-se de seguida as principais:

- Continuação da gestão urbanística da Área de Reabilitação Urbana da Lisboa Ocidental, nomeadamente, continuando a dar cumprimento aos prazos de licenciamento definidos na Lei;
- Concluir as Intervenções de Reabilitação Urbana de Edifícios Municipais objeto do Contrato-Programa Município de Lisboa / SRU, nomeadamente, os edifícios do MUDE, da Biblioteca de Alcântara e das Escolas;
- Iniciar as Intervenções de Reabilitação Urbana de Espaço Públicos objeto do

Contrato-Programa Município de Lisboa / SRU, nomeadamente, o Largo da Boa-Hora à Ajuda e o Largo do Rio Seco;

- Continuar a incentivar e promover a reabilitação dos edifícios pelos seus proprietários.

6. CONCLUSÕES

Para concluir atualizam-se os seguintes dados acumulados, que refletem os resultados da atividade da Lisboa Ocidental:

- Até ao final de 2017, foram reabilitados 361 edifícios (+42 do que em 2016), 56 edifícios estão em obra (-6), estando em curso processos de controlo prévio relativos a mais 102 edifícios (-3);
- No total, estas operações implicam a reabilitação de 519 edifícios, com cerca de 248 mil m² e um investimento estimado superior a 66 milhões de euros;
- Está concluída a reabilitação e renovação das infraestruturas de cerca de 100.000 m² de espaço público;
- Foram construídos dois Parques Públicos de Estacionamento, Memória e Salésias, com, no total, 255 lugares de estacionamento gratuitos;

7. AGRADECIMENTOS

Finalmente o Conselho de Administração deseja agradecer a todas as pessoas e entidades que conosco colaboraram e muito contribuíram para o desempenho da Empresa, em especial aos Órgãos Municipais e Juntas de Freguesia da Ajuda, Alcântara e Belém, aos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, pela colaboração,

confiança e apoio, e aos trabalhadores da Empresa pelo profissionalismo e dedicação demonstrados.

Lisboa, 8 de março de 2018,

O Conselho de Administração,

A handwritten signature in blue ink, reading "Teresa do Passo".

Teresa do Passo
Presidente

A handwritten signature in blue ink, reading "Jorge Catarino Tavares".

Jorge Catarino Tavares
Vogal

CAPÍTULO II

CONTAS DE 2017

BALANÇO (31 DE DEZEMBRO DE 2017)

Unidade: €

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	7	13.547.222,81	12.526.189,61
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	9	2.528.840,57	2.458.734,81
ACTIVOS INTANGÍVEIS	6	573,99	6.911,66
CRÉDITOS A RECEBER	13	16.100.000,00	16.100.000,00
		32.176.637,37	31.091.836,08
ACTIVO CORRENTE			
ESTADOS E OUTROS ENTES PÚBLICOS	14	9.039,80	22.684,38
OUTROS CREDITOS A RECEBER	13	0,00	99.352,74
ACCIONISTAS/SÓCIOS	17	1.664,25	0,00
DIFERIMENTOS	15	1.197,41	1.107,26
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	4	4.098.030,81	5.038.603,38
		4.109.932,27	5.161.747,76
TOTAL DO ACTIVO		36.286.569,64	36.253.583,84

BALANÇO (31 DE DEZEMBRO DE 2017) (CONTINUAÇÃO)

Unidade: €

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL SUBSCRITO		2.000.000,00	2.000.000,00
RESERVAS LEGAIS		6.316,72	6.289,97
RESULTADOS TRANSITADOS		-1.051.584,07	-1.051.824,84
AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	19	16.100.000,00	16.106.312,25
		17.054.732,65	17.060.777,38
RESULTADOS LÍQUIDOS		352,41	267,52
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		17.055.085,06	17.061.044,90
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	8	16.100.000,00	16.100.000,00
		16.100.000,00	16.100.000,00
PASSIVO CORRENTE			
FORNECEDORES	18	14.355,91	2.095,75
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	14	33.296,33	20.456,21
ACCIONISTAS/SÓCIOS	17	72.031,30	34.712,13
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	16	642.341,03	1.021.558,62
DIFERIMENTOS	15	2.369.460,01	2.013.716,23
		3.131.484,58	3.092.538,94
TOTAL DO PASSIVO		19.231.484,58	19.192.538,94
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		36.286.569,64	36.253.583,84

O Director Financeiro (Técnico Oficial de Contas),



O Conselho de Administração,



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (31 DE DEZEMBRO DE 2017)

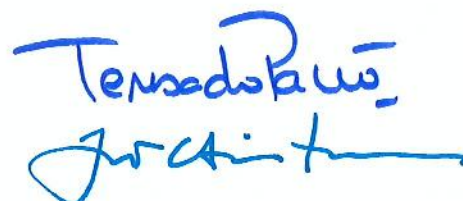
Unidade: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	20	114.626,85	83.426,68
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	10	4.168.606,34	1.153.969,54
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	21	4.098.743,16	880.056,00
GASTOS COM O PESSOAL	22	514.563,94	483.505,02
OUTROS RENDIMENTOS	12	1.240.418,45	361.142,96
OUTROS GASTOS	23	725.175,49	6.249,73
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTOS E IMPOSTOS		185.169,05	228.728,43
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	7,9	71.388,11	100.629,07
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		113.780,94	128.099,36
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	8	110.609,16	125.646,32
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		3.171,78	2.453,04
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	24	2.819,37	2.185,52
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		352,41	267,52

O Director Financeiro (Técnico Oficial de Contas),



O Conselho de Administração,



LISBOA OCIDENTAL, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EXERCÍCIO DE 2017

CONTAS ELABORADAS SEGUNDO O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho

1. Identificação da Entidade e período de relato

1.1. Designação da Entidade: Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A. (**Lisboa Ocidental**).

1.2. Sede: Rua da Correnteza, 9, 1400-077 Lisboa.

1.3. Natureza da atividade: Sociedade de Reabilitação Urbana regulada pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, na redação em vigor (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana).

1.4. Designação da empresa-mãe: Câmara Municipal de Lisboa (**CML**).

1.5. Sede da empresa-mãe: Paços do Concelho, Praça do Município, Lisboa.

1.6. O período de relato corresponde ao ano de 2017.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de normalização contabilística (**SNC**) – Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho e a Portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras são o custo histórico.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

a) Os subsídios a receber da CML, destinados a fazer face ao cumprimento das obrigações emergentes do contrato de financiamento celebrado com o IHRU, são reconhecidos em contas a receber por contrapartida de variações do capital próprio, pelo valor da amortização de capital e em subsídios à exploração, pelo pagamento de juros;

b) Deu-se ainda continuação à contabilização do Contrato Programa Município de Lisboa / SRU, de 14.07.2015, através do registo contabilístico de: i) na Conta de Acionistas, do valor dos

adiantamentos recebidos em 2016 e 2017; ii) na Conta de Subcontratos, dos gastos com as Intervenções de Reabilitação Urbana e; iii) na Conta de Subsídios à Exploração, dos subsídios recebidos para financiar esses gastos.

4. Fluxos de caixa

4.1. Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes que estejam indisponíveis para uso.

4.2. Desagregação dos valores inscritos em Caixa e Depósitos Bancários: Caixa - 368,61€, Depósitos Bancários - 4.097.662,20€.

5. Partes relacionadas

5.1. A Lisboa Ocidental é uma pessoa coletiva de direito público, com natureza empresarial, sob a forma de entidade empresarial local, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e o seu capital é detido a 100% pela CML.

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão (valores totais anuais):

- a) Conselho de Administração: 54.829,92€;
- b) Diretores: 157.207,31€
- c) Fiscal Único: 5.313,60€.

6. Ativos Intangíveis

Encontram-se contabilizados em ativos intangíveis, aplicações informáticas (133.457,62€) e despesas de propriedade industrial – registo do nome e logótipo da empresa (220,12€). Não houve ativos intangíveis gerados internamente e as taxas de amortização praticadas foram as estabelecidas pelo Decreto-Lei 2/90, de 12 de janeiro, coincidentes com as do Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro. O valor das amortizações contabilizado em 31.12.2017 foi 6.327,67€

7. Ativos Fixos Tangíveis

7.1. Os ativos fixos tangíveis foram valorizados ao preço de custo, o método de depreciação utilizado foi o das taxas constantes e as taxas de amortização praticadas foram as estabelecidas pelo Decreto-Lei 2/90, de 12 de janeiro, coincidentes com as do Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro. Não existem ativos fixos tangíveis detidos para venda.

Ativos Fixos Tangíveis – Valores Brutos

Unidade: €

	Início Período	Aquisições	Revalorizações	Alienações Abates	Final Período
Terrenos e recursos naturais	107.039,11	0,00	0,00	0,00	107.039,11
Edifícios e outras construções	380.558,00	14.766,45	0,00	0,00	395.324,45
Equipamento de transporte	40.649,12	0,00	0,00	0,00	40.649,12
Equipamento administrativo	140.662,53	5.801,05	0,00	0,00	146.463,58
Soma	668.908,76	20.567,50	0,00	0,00	689.476,26
Ativos Fixos Tangíveis em curso	12.365.915,20	1.027.343,65	0,00	0,00	13.393.258,85
Total	13.034.823,96	1.047.911,15	0,00	0,00	14.082.735,11

Ativos Fixos Tangíveis – Reintegrações e Amortizações - Valores Brutos

Unidade: €

	Início Período	Período	Correções	Final Período
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	371.303,16	7.515,23	0,00	378.818,39
Equipamento de transporte	10.162,28	10.162,28	0,00	20.324,56
Equipamento administrativo	127.168,91	9.200,44	0,00	136.369,35
Total	508.634,35	26.877,95	0,00	535.512,30

Ativos Fixos Tangíveis – Valores Líquidos

Unidade: €

	Valores brutos	Reintegrações Acumuladas	Valores líquidos
Terrenos e recursos naturais	107.039,11	0,00	107.039,11
Edifícios e outras construções	395.324,45	378.818,39	16.506,06
Equipamento de transporte	40.649,12	20.324,56	20.324,56
Equipamento administrativo	146.463,58	136.369,35	10.094,23
Soma	689.476,26	535.512,30	153.963,96
Ativos Fixos Tangíveis em curso	13.393.258,85	0,00	13.393.258,85
Total	14.082.735,11	535.512,30	13.547.222,81

7.2. Não existem restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

8. Custos dos empréstimos obtidos

8.1. Em 08.09.2009, a Lisboa Ocidental celebrou com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana o Contrato de Financiamento Sob a Forma de Abertura de Crédito para financiar, na sua Zona de intervenção, a reabilitação de infraestruturas e espaços públicos e de edifícios destinados ao

mercado de arrendamento, tendo obtido os seguintes desembolsos:

- a) Em 2010, o primeiro desembolso, no valor de 2,5 milhões de euros, à taxa variável com a margem fixa até ao final do empréstimo de 0,674%. Sobre este desembolso realizaram-se, em 2017, quatro pagamentos trimestrais de juros, nos valores de 2.237,50€, 2.197,78€, 2.191,39€ e 2.173,89€.
- b) Em julho de 2011, foi recebido o segundo desembolso, no valor de 2,5 milhões de euros, à taxa variável com margem fixa de 0,470% com revisão a 4 anos. A partir de março de 2015, a taxa foi revista, tendo sido escolhida a taxa fixa revisível com pagamento de juros anual, ocorrendo, por essa razão, o pagamento de juros em março de 2017, no valor de 16.171,53€.
- c) Em junho de 2013, a Lisboa Ocidental recebeu o terceiro desembolso, no valor de 5.702.500,00€, à taxa variável com margem fixa de 1% com revisão a quatro anos, tendo, em 2017, sido realizados quatro pagamentos trimestrais de juros, nos valores de 12.474,22€, 12.547,40€, 12.532,83€ e 12.411,02€.
- d) Em 15 de dezembro de 2014, foi recebido o quarto desembolso, no valor de 2.897.500,00€ à taxa variável com margem fixa de 1,081%, tendo, em 2017, sido realizados quatro pagamentos trimestrais de juros, nos valores de 5.541,47€, 5.560,95€, 5.553,51 e 5.500,50€.
- e) Finalmente, em 15 de dezembro de 2015 recebeu-se o quinto e último desembolso, no valor de 2.500.000,00€, à taxa variável com margem fixa de 0,86%, tendo-se completado o valor total do contrato (16.100.000,00€). Os primeiros juros deste desembolso venceram em 1 de março de 2016, tendo sido realizados, em 2017, quatro pagamentos trimestrais de juros, nos valores de 3.400,00€, 3.386,11€, 3.379,72€ e 3.349,31€.

9. Propriedades de Investimento

9.1. Encontram-se contabilizados nesta conta os 8 edifícios reabilitados pela Lisboa Ocidental destinados a arrendamento, dos quais 7 foram objeto de dois Procedimentos de Arrendamento já concluídos: O Procedimento de Arrendamento PA/01/2015 (para os edifícios na Rua das Mercês, 67-69; Rua das Mercês, 17; Rua da Correnteza, 21 e Travessa da Boa Hora à Ajuda, 25), concluído em agosto de 2015 e o Procedimento de Arrendamento PA/02/2016 (para os edifícios na Rua do Laranjal, 21-23; Travessa Paulo Martins, 11-15 e Travessa da Memória, 14), concluído em julho de 2016.

O último procedimento (para o edifício na Rua da Aliança Operária, 30) será iniciado ainda no 1º trimestre de 2018.

9.2. Método Aplicado

A valorização dos edifícios foi feita aplicando o método do custo.

Propriedades de Investimento – Valores Brutos

Unidade: €

	Início Período	Transferências	Aquisições	Final Período
Edifícios e Outras Construções	1.896.834,03	735.462,83	0,00	2.632.296,86
Propriedades de Investimento em curso	627.184,58	-735.462,83	108.278,25	0,00
Total	2.524.018,61	0,00	108.278,25	2.632.296,86

Propriedades de Investimento – Reintegrações e Amortizações

Unidade: €

	Início Período	Período	Correções	Final Período
Edifícios e Outras Construções	65.283,80	38.172,49	0,00	103.456,29
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

Propriedades de Investimento - Valores Líquidos

Unidade: €

	Valores brutos	Reintegrações acumuladas	Valores líquidos
Edifícios e Outras Construções	2.632.296,86	103.456,29	2.528.840,57
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00
Total	2.632.296,86	103.456,29	2.528.840,57

9.2. Valorização Alternativa das Propriedades de Investimento - Apresentação do Valor Patrimonial Tributário e cálculo do Justo Valor das Propriedades de Investimento arrendadas.

Propriedades de Investimento Arrendadas

Unidade: €

	Valor Contabilístico	Valor Patrimonial Tributário	Rendas	Taxa	Justo Valor
			Anuais	Anual	
Rua das Mercês, 67-69	374.379,79	126.040,00	9.652,80	4,32%	223.444,44
Rua das Mercês, 17	229.012,74	269.940,00	17.580,00	4,32%	406.944,44
Rua da Correnteza, 21	144.925,73	150.200,00	7.299,24	4,32%	168.963,89
Travessa Boa Hora, 25	619.388,15	585.000,00	37.799,28	4,32%	874.983,33
Rua do Laranjal, 21	176.714,28	241.040,00	15.805,56	4,32%	365.869,44
Travessa Paulo Martins, 11	240.304,46	219.020,00	10.767,60	4,32%	249.250,00
Travessa da Memória, 14	123.899,56	142.510,00	12.708,00	4,32%	294.166,67
Total	1.903.467,62	1.733.750,00	111.612,48	0,00	2.583.622,22

Investimentos em Curso

Unidade: €

	Início Período	Transferências	Aquisições	Final Período
Propriedades de Investimento em curso	627.184,58	-735.462,83	108.278,25	0,00
Obras em propriedade alheia - IHRU	0,00	0,00	0,00	0,00
Espaço Público	8.192.754,93	0,00	110.307,78	8.303.062,71
Edifícios municipais	4.173.160,27	0,00	917.035,87	5.090.196,14
Subtotal.....	12.365.915,20	0,00	1.027.343,65	13.393.258,85
Total	12.993.099,78	-735.462,8	1.135.621,90	13.393.258,85

10. Subsídios e apoios da CML

Subsídios e Apoios da CML

Unidade: €

	Início 2017	2017	Resultados	31-12-2017	Contas Utilizadas
Contrato Programa 2006 (subsídio ao investimento)	6.312,25	0	6.312,25	0	593 – Subsídios
Contrato Programa 2015 (subsídio à atividade)	130.000,00	0	36.000,00	94.000,00	28 – Diferimentos
Contrato Programa 2016 (subsídio à atividade)	230.000,00	0	0	230.000,00	28 – Diferimentos
Contrato Programa 2017 (subsídio à atividade)	0	300.000,00	0	300.000,00	28 – Diferimentos
Contrato Programa (juros IHRU)	0	110.609,16	110.609,16	0,00	28 – Diferimentos
Contrato Programa Município Lisboa / SRU 2016	1.644.088,31		1.644.088,31	0,00	28 – Diferimentos
Contrato Programa Município Lisboa / SRU 2017		4.115.106,35	2.377.908,87	1.737.197,48	28 – Diferimentos

11. Ações Judiciais

11.1. A ação administrativa comum interposta pela XIX – Construções, Projetos e Gestão, Lda., relativa a pedido de reposição do equilíbrio financeiro do contrato da Empreitada de Reabilitação do Espaço Público e Renovação das Infraestruturas das Zonas B e D, no valor de 460.985,90€, em curso no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa. A ação foi julgada improcedente por saneador-sentença, de que foi interposto recurso, ainda pendente.

11.2. Ação declarativa especial de anulação de ato administrativo de aplicação de sanção, acionamento de caução e resolução de contrato de empreitada, no valor de 37.019,37€, interposta

por Sogesturbi – Construção Civil e Mediação Imobiliária, Lda., no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa. Estando finda a fase de articulados, a ação aguarda despacho ou marcação por parte do Tribunal.

11.3. Ação declarativa comum com fundamento em responsabilidade contratual emergente de contrato de empreitada, no valor de 187.102,03€, interposta pela Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A., no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa. Estando finda a fase de articulados, a ação aguarda despacho ou marcação por parte do Tribunal.

11.4. Ação declarativa comum com fundamento em responsabilidade contratual emergente de contrato de empreitada, no valor de 79.207,58€, interposta pela Marcelino & Rodrigues, Construções, Lda., no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa. Estando finda a fase de articulados, a ação aguarda despacho ou marcação por parte do Tribunal.

11.5. Ação declarativa de contencioso pré-contratual interposta pela Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A., no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa. Ação finda em fevereiro de 2017, a Tecnorém desistiu do pedido.

11.6. Ação cautelar de suspensão de ato administrativo, interposta por Luís Frazão – Construção Civil e Obras Públicas, S.A., no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa. Estando finda a fase de articulados a ação aguarda despacho ou marcação por parte do Tribunal

12. Outras Informações

Outros Rendimentos

Unidade: €

	2017	2016
Rendas de propriedades	112.410,53	90.248,49
Imputação de subsídios ao investimento	6.312,25	31.098,86
Reembolsos de despesas	450,88	805,43
Correções relativas a períodos anteriores	402,35	0,00
Despesas suportadas por conta outros	9.756,95	0,00
Excesso de estimativa para impostos	0,00	11,07
Restituição de impostos	371,25	0,00
Ganhos com penalizações contratuais	1.098.647,82	183.059,88
Alienações de ativos tangíveis	0,00	5.091,94
Juros de aplicações financeiras	12.066,42	50.827,29
Total	1.240.418,45	361.142,96

12.1. Nos termos definidos no Código da Contratação Pública e nos respetivos contratos de empreitada, foram aplicados aos empreiteiros as seguintes sanções por incumprimentos contratuais:

Em 2016 (183.059,88€):

- a) Empreitada para Reabilitação do Espaço Público e Renovação das Infraestruturas da Calçada da Ajuda – 100.811,38 euros;
- b) Empreitada de para Construção de Edifício Municipal na Travessa das Dores 9 a 15, - 690,00 euros;
- c) Empreitada de Beneficiação Geral e Adaptação a Jardim de Infância da EB1 Nº 60, Alexandre Rodrigues Ferreira – 79.336,00 euros;
- d) Empreitada para Reabilitação do Edifício Municipal Teatro Luis de Camões, na Calçada da Ajuda, nº 76 a 80 – 2.222,50 euros.

Em 2017 (1.098.647,82€):

- e) Empreitada de Beneficiação Geral e Adaptação a Jardim de Infância da EB1 Nº 60, Alexandre Rodrigues Ferreira – 146.707,28 euros;
- f) Empreitada de para Reabilitação Integral Edifício MUDE – Museu do Design e da Moda, na Rua Augusta, 24-32, - 856.521,34 euros;
- g) Empreitada para Reabilitação do Espaço Público e Renovação das Infraestruturas do Largo da Igreja da Memória – 92.019,20 euros;
- h) Fiscalização da Empreitada de Beneficiação Geral e Adaptação a Jardim de Infância da EB1 Nº 30, Moinhos do Restelo – 3.400,00 euros;

13. Créditos a Receber

13.1. Não Correntes, 16.100.000,00€: Responsabilidade da CML como garantia do financiamento celebrado com o IHRU nos termos do contrato programa celebrado para o efeito;

14. Estado e Outros Entes Públicos

14.1 Saldos devedores, 9.039,80€: IRC Pagamentos por conta (5.758,12€) e IRC retenções na fonte (3.281,68€).

14.2. Saldos credores, 33.296,33€: IRC imposto estimado (2.819,37€), IRS retenções na fonte (7.456,00€), Iva a pagar (13.182,74€), Segurança Social (5.363,85€), Caixa Geral de Aposentações (4.064,68€) e ADSE (409,69€).

15. Diferimentos

15.1. Saldos devedores, 1.197,41€: Gastos a reconhecer (1.197,41€).

15.2. Saldos credores 2.369.460,01€: Arrendamentos de imóveis (8.262,53€) e Contratos Programa com CML – ver nota 10 – (2.361.197,48€).

16. Dívidas a Pagar

16.1. Total de 642.341,03€, desdobrado nas seguintes rubricas: Outras operações com pessoal (40,16€), Fornecedores de Investimentos (422.830,16€), Devedores e credores por acréscimos (63.487,17€) e Outros devedores e credores, composto essencialmente, por valores retidos em pagamentos a fornecedores de investimento (155.983,54€).

17. Acionistas / Sócios

17.1. Saldo devedor, 1.664,25€: Respeitante na totalidade a receitas da Lisboa Ocidental cobradas pela CML.

17.1. Saldo credor, 72.031,30€: Dívidas a pagar à CML pela taxa de proteção civil (342,67€) e valor a entregar à CML respeitante à Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas, cobrada pela Lisboa Ocidental (71.688,63€).

18. Fornecedores

18.1. Saldo de fornecedores em 31.12.2017, constituído por dívidas inferiores a 90 dias.

19. Ajustamentos / Outras variações no capital próprio

	2016	2017	Varição
Capital	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
Reservas legais	6.289,97	6.316,72	26,75
Resultados Transitados	-1.051.824,84	-1.051.584,07	240,77
Variações do capital próprio	16.106.312,25	16.100.000,00	-6.312,25
Resultados Exercício	267,52	352,41	84,89
Total	17.061.044,90	17.055.085,06	-5.959,84

19.1. A conta Variações do Capital Próprio é constituída, na sua integralidade, pelo valor do subsídio a atribuir pela CML para amortização do empréstimo referido no número 8.1.

19.2. Os Resultados do exercício apurados serão aplicados em reservas legais (10%) e o restante

Relatório e Contas de 2017

acumulará ao saldo de resultados transitados.

20. Vendas e Serviços Prestados

20.1. Receitas provenientes da cobrança de taxas pelo exercício pela Lisboa Ocidental das suas competências de gestão urbanística: 83.426,68€, em 31.12.2016 e 114.626,85€ em 31.12.2017

21. Fornecimentos e Serviços Externos

21.1 Subcontratos provenientes da execução do contrato programa Lisboa Ocidental / SRU (4.021.997,18€ - ver nota 10) e despesas de funcionamento da empresa (76.745,98€).

22. Gastos com o Pessoal

22.1. Valores contabilizados relacionados com gastos com o pessoal: Em 31.12.2016, 483.505,02€, referentes a 14 trabalhadores e um administrador remunerado e, em 31.12.2017, 514.563,94€, referentes a 13 trabalhadores e um administrador remunerado.

23. Outros gastos

23.1. Total de 725.175,49€, desdobrado nas seguintes rubricas: Impostos e taxas (5.833,96€), Dívidas Incobráveis (128.497,21€), Correções de anos anteriores – restituições (31.154,13€), Despesas financeiras (318,20€) e Perdas por Imparidade (559.371,99€).

23.2. O valor em Dívidas Incobráveis (128.497,21€) corresponde à dívida final do Empreiteiro responsável pela primeira Empreitada de Beneficiação Geral e Adaptação a Jardim de Infância da EB1 Nº 60, Alexandre Rodrigues Ferreira, cujo contrato foi resolvido pela Lisboa Ocidental por causas exclusivamente imputáveis ao empreiteiro. Consequentemente, a Lisboa Ocidental imputou ao Empreiteiro os prejuízos resultantes da resolução do contrato e, não tendo este efetuado o respetivo pagamento, executou integralmente a caução para se ressarcir parcialmente do valor em dívida, considerando incobrável o valor remanescente.

23.3. O valor contabilizado em Perdas por Imparidade (559.371,99€) resulta da soma dos valores a seguir identificados e justificados:

- a) 467.352,79€ - Diferença entre o saldo devedor do Empreiteiro da Empreitada de para Reabilitação Integral Edifício MUDE – Museu do Design e da Moda, na Rua Augusta, 24-32, em

consequência das sanções aplicadas por incumprimentos contratuais (856.521,34€), deduzido do valor da caução prestada pelo mesmo Empreiteiro para garantir as suas obrigações contratuais (64.728,65€ em retenções nos pagamentos e 324.439,90€ em garantia bancária autónoma e à primeira solicitação). Por se considerar que com forte probabilidade o valor remanescente é incobrável este foi registado como imparidade;

- b) 92.019,20€ – Valor relativo à sanção aplicada ao Empreiteiro da Empreitada para Reabilitação do Espaço Público e Renovação das Infraestruturas do Largo da Igreja da Memória por incumprimentos contratuais. Considerando que o Empreiteiro interpôs um processo cautelar para suspensão deste ato, foi considerado prudente registar uma imparidade de valor equivalente.

24. Imposto sobre o rendimento do período

24.1. Estimativa do IRC sobre o rendimento do período.

25. Eventos Subsequentes

25.1 Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

25.2. Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. Informações Exigidas por Diplomas Legais

26.1. A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

26.2. Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a Empresa não efetuou transações com quotas próprias, nem existem quaisquer quotas próprias detidas em 31 de dezembro de 2017.

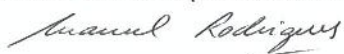
26.3. Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (31 DE DEZEMBRO DE 2017)

Unidade: €

	31-12-2017		31-12-2016	
FLUXOS DE CAIXA ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO				
RECEBIMENTOS DE CLIENTES	145.252,01		173.675,17	
PAGAMENTOS A FORNECEDORES	-4.316.242,91		-42.249,86	
PAGAMENTOS AO PESSOAL	-259.496,13	-4.430.487,03	-238.586,24	-107.160,93
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES....				
PAGAMENTO / RECEBIMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	-6.721,21		0,00	
OUTROS RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS		-6.721,21	-312.720,80	-312.720,80
FLUXOS DE CAIXA ACTIVIDADES OPERACIONAIS [1]		-4.437.208,24		-419.881,73
FLUXOS DE CAIXA ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:				
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	-1.097.656,67		-1.909.404,49	
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
OUTROS ACTIVOS		-1.097.656,67		-1.909.404,49
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:				
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
OUTROS ACTIVOS				
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO				
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	12.066,42		50.827,29	
DIVIDENDOS		12.066,42		50.827,29
FLUXOS DE CAIXA ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO [2]		-1.085.590,25		-1.858.577,20
FLUXOS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:				
FINANCIAMENTOS OBTIDOS				
REALIZAÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INST DE CAPITAL PRÓPRIO	4.693.370,70		2.448.098,27	
COBERTURA DE PREJUÍZOS				
DOAÇÕES				
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO		4.693.370,70		2.448.098,27
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:				
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	-110.831,92		-125.646,32	
JUROS E GASTOS SIMILARES	-312,86		-158,75	
DIVIDENDOS				
REDUÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INST DE CAPITAL PRÓPRIO				
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO		-111.144,78		-125.805,07
FLUXOS DE CAIXA ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO [3]		4.582.225,92		2.322.293,20
VARIAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES [4]=[1]+[2]+[3]		-940.572,57		43.834,27
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO				
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	5.038.603,38		4.994.769,11	
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4.098.030,81		5.038.603,38	

O Director Financeiro (Técnico Oficial de Contas),



O Conselho de Administração,



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade: €

DESCRIÇÃO	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	
	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PRÉMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZ	OUTRAS VARIACÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL		INTERESSES MINORITÁRIOS
6	2.000.000,00	0,00	0,00	6.242,00	0,00	-1.052.256,53	0,00	0,00	16.137.411,11	479,66	17.091.876,24	0,00	17.091.876,24
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
PRIMEIRA ADOÇÃO DE NOVO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZ EXCEDENTE DE REVALORIZ ACTIVOS FIXOS TANG E INTANG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXCED REVALORIZ ACTIVOS FIXOS TANG E INTANG E RESPEC VAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTAMENTOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NO CAPITAL PRÓPRIO	0,00	0,00	0,00	47,97	0,00	431,69	0,00	0,00	-31.098,86	-479,66	-31.098,86	0,00	-31.098,86
7	0,00	0,00	0,00	47,97	0,00	431,69	0,00	0,00	-31.098,86	-479,66	-31.098,86	0,00	-31.098,86
8													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										267,52	267,52	0,00	267,52
9=7+8										-212,14	-30.831,34	0,00	-30.831,34
OPERAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
REALIZAÇÕES DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZAÇÕES DE PRÉMIOS DE EMISSÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DISTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENTRADAS PARA COBERTURA DE PERDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS OPERAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7-8+10	2.000.000,00	0,00	0,00	6.289,97	0,00	-1.051.824,84	0,00	0,00	16.106.312,25	267,52	17.061.044,90	0,00	17.061.044,90

O Director Financeiro (Técnico Oficial de Contas),

Luís Miguel Rodrigues

O Conselho de Administração,

Teresa da Paiva, Jurca

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade: €

DESCRIÇÃO	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE										INTERESSES MINORITÁRIOS	CAPITAL PRÓPRIO	
	CAPITAL REALIZADO	INSTRUMENT DE CAPITAL	PRÉMIOS DE EMIÇÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EM ACTIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZ	VARIAÇÕES DO CAPITAL	LÍQUIDO DO PERÍODO			TOTAL
6	2.000.000,00	0,00	0,00	6.289,97	0,00	-1.051.824,84	0,00	0,00	16.106.312,25	267,52	17.061.044,90	0,00	17.061.044,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
PRIMEIRA ADOÇÃO DE NOVO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZ EXCEDENTE DE REVALORIZ ACTIVOS FIXOS TANG E INTANG	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXCED REVALORIZ ACTIVOS FIXOS TANG E INTANG E RESPEC VAR	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTAMENTOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NO CAPITAL PRÓPRIO	0,00		0,00	26,75	0,00	240,77	0,00	0,00	-3.156,12	-267,52	-3.156,12	0,00	-3.156,12
7	0,00		0,00	26,75	0,00	240,77	0,00	0,00	-3.156,12	-267,52	-3.156,12	0,00	-3.156,12
8										352,41	352,41	0,00	352,41
9=7-8										84,89	-2.803,71	0,00	-2.803,71
OPERAÇ COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
REALIZAÇÕES DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZAÇÕES DE PRÉMIOS DE EMISSÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DISTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENTRADAS PARA COBERTURA DE PERDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS OPERAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7+8-10	2.000.000,00	0,00	0,00	6.316,72	0,00	-1.051.584,07	0,00	0,00	16.103.156,13	352,41	17.058.241,19	0,00	17.058.241,19

O Director Financeiro (Técnico Oficial de Contas),

Luís Manuel Rodrigues

O Conselho de Administração,

*Teresa do Fátima
Jurcinich*

CAPÍTULO III

ELEMENTOS COMPLEMENTARES



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
Exercício de 2017

Exmos. Senhores,

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos trazer ao vosso conhecimento as conclusões do trabalho que desenvolvemos ao longo do exercício e emitir o nosso parecer sobre o relatório, proposta de aplicação de resultados e demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. No desempenho das nossas funções, acompanhamos com regularidade, a gestão da **Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A.**, quer através da análise dos respetivos documentos quer através de reuniões sempre que tal foi considerado necessário.

3. Do nosso ponto de vista, as demonstrações financeiras, bem como o respetivo relatório do Conselho de Administração e proposta de aplicação de resultados satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a situação da empresa e o que de mais relevante se passou no exercício objeto de apreciação.

4. Foi elaborado por parte do Conselho de Administração o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, o qual cumpre os requisitos previstos no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

5. Enquanto Revisores Oficiais de Contas emitimos o documento de Certificação Legal de Contas sem reservas e sem ênfases, com data de 15 de março de 2018, que fica a fazer parte integrante deste relatório para os devidos efeitos legais.

6. Nas condições atrás indicadas, o Fiscal Único é do **PARECER** e propõe que:

- a) Seja aprovado o relatório apresentado pelo Conselho de Administração;
- b) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras compostas pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração da Variação dos Capitais Próprios e respetivos anexos.

- c) Seja igualmente aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

7. Finalmente, o Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e aos Serviços da **Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A.** a forma como facultaram a informação e prestaram os esclarecimentos solicitados para o bom desempenho do nosso trabalho.

Lisboa, 15 de março de 2018

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A. (SROC n.º 123)
Representada por
Carlos Santos Pinho (ROC n.º 1186)


(Carlos Santos Pinho)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 36.286.570 euros e um total de capital próprio de 17.055.085 euros, incluindo um resultado líquido de 352 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de gestão é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de março de 2018

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A. (SROC n.º 123)

Representada por

Carlos Santos Pinho (ROC n.º 1186)


(Carlos Santos Pinho)